

Moratória só termina se credor ceder

Arquivo



Antes de se reunir com Bresser, Chiarelli (E) esteve com Nakano, que previu corte de subsídios

Arquivo



O governo somente suspenderá a moratória decretada em 20 de fevereiro depois que os bancos credores concordarem com a proposta brasileira de refinanciar a totalidade dos juros que vencem este ano e uma parcela dos juros a vencer em 1988 e de reescalonar o principal da dívida, com taxas **spread** (risco) mais baixas.

Isto foi o que afirmou ontem o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, negando que o governo vá recorrer a um financiamento imediato (**stand-by**) do Fundo Monetário Internacional (FMI) para cobrir o pagamento de 1 bilhão 100 milhões de dólares que terá de fazer ao próprio FMI, no segundo semestre deste ano.

— Eu já disse vinte vezes que o Brasil não vai apresentar um projeto de empréstimo **stand-by** ao FMI. O Brasil vai apresentar um plano macroeconômico ao FMI — disse Bresser, irritado.

O ministro afirmou que nos termos do artigo 4º do estatuto do

Fundo e com base em um acordo feito com a direção do FMI, ficou acertado, no final do ano passado, que os técnicos do organismo devem fazer um relatório anual sobre o desempenho da economia brasileira a cada ano.

— Por isso, esperamos que o Fundo, em função do programa econômico que vamos apresentar, suspenda a cobrança que vai nos fazer no segundo semestre — continuou.

Bresser também reagiu à informação de que o governo japonês somente concederia ao país uma parcela dos 30 bilhões de dólares que pretende aplicar nos países em desenvolvimento se os projetos brasileiros tiverem o aval do FMI e do Banco Mundial.

— Isto é problema do governo japonês e do FMI, não é problema nosso. Isto é muito claro, queremos ter bons contatos com o FMI, com o Banco Mundial e com o Japão, desde que os interesses nacionais estejam preservados — concluiu.

O Brasil deve um total de 9 bilhões de dólares de juros a serem pagos este ano. Deste valor, 5 bilhões de dólares são devidos aos bancos privados e seu pagamento está suspenso desde a decretação da moratória. Outros 3,4 bilhões de dólares são de bancos oficiais e os restantes 600 milhões de dólares são devidos a bancos brasileiros.

Dos 3 bilhões 400 milhões de dólares devidos aos bancos oficiais, além de 700 milhões de dólares do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), 1,2 bilhão são de agências governamentais (basicamente as instituições vinculadas ao Clube de Paris) e 1,5 bilhão do lançamento de bônus no exterior e de empréstimos intercompanhias (repasados pela matrizes através de filiais).

Bresser informou que o plano de consistência macroeconômica será divulgado dentro dos próximos 15 ou 20 dias, depois de aprovado pelo presidente José Sarney.